



## **Relatório do XIII Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas**

**Universidade Federal do Paraná – Matinhos (PR), 08 e 09 de maio de 2014**

### **Participantes**

Ana Mercedes Sarria Icaza - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Aragon Érico Dasso Júnior - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Augusto Tavares - Universidade Federal do Cariri  
Carlos R. Etulain - Universidade Estadual de Campinas  
Carlos Vainer - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Daniela Resende Archanjo - Universidade Federal do Paraná  
Felipe Drumond Araújo - FENEAP/Fundação João Pinheiro - observador  
Fernando Burgos - FGV-EAESP  
Gianna Vargas Reis Salgado Dias - FENEAP/Universidade Federal do Rio Grande do Sul - observadora  
Ivan Jairo Junckes - Universidade Federal do Paraná  
Jaime Crozatti - Universidade de São Paulo  
Júlio Cesar Andrade de Abreu - Universidade Federal Fluminense  
Lindijane de Souza Bento Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Luciana Leite Lima - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Maria Isabel de Araújo Rodrigues - Fundação João Pinheiro  
Marisete T. Hoffmann Horochovski - Universidade Federal do Paraná  
Mayra Taísa Sulzbach - Universidade Federal do Paraná  
Omodara Olalekan Ajay – Estudante/Universidade Federal do Paraná - observador  
Patrícia Vendramini - Universidade do Estado de Santa Catarina  
Rodrigo Rossi Horochovski - Universidade Federal do Paraná  
Sandra Cristina Gomes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Sérgio Azevedo Fonseca - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Silvania Monte - Universidade Federal do Ceará  
Suylan Midlej - Universidade de Brasília  
Tania M. Mezzomo Keinert - Instituto de Saúde de São Paulo - observadora  
Valdemir Pires - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

### **08/05/2014 – Tarde, das 14h às 18h**

Rodrigo Horochovski abriu os trabalhos e, logo após, passou a palavra aos participantes para breves apresentações. A seguir, foi aprovada a pauta do fórum, com os seguintes pontos:

1. Discussão sobre os objetivos e a descrição do GT “Parâmetros de avaliação dos cursos do Campo de Públicas”
2. Discussão preliminar sobre a institucionalização/discussão sobre o caráter acadêmico do Campo de Públicas
3. Estruturação da pauta do XIV Fórum dos Professores e Coordenadores do Campo de Públicas de julho a ser realizado nos dias 19 e 20 de julho durante a realização do XIII Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas

A discussão do primeiro ponto iniciou-se pelo tópico *Objetivos do GT*.

Suylan Midlej iniciou essa questão, contextualizando que a demanda sobre a Criação do GT é oriunda de uma reunião com o INEP, ocorrida em março de 2014. O grupo que lá representou o Campo apresentou as preocupações em relação aos critérios de avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes (ENADE). Sérgio Fonseca acrescentou que a receptividade da Cláudia Griboski (Diretoria de Avaliação do Ensino Superior) foi muito intensa e ela esperava que este grupo fornecesse subsídios ao DAES e ao INEP para que eles pudessem definir esses parâmetros da avaliação.

Suylan retoma a palavra reportando que o Inep já trabalha com a terminologia do GT e que esse grupo deve representar todo o universo tipológico dos cursos e deve ter até 12 membros. Paralelo ao GT, a diretora advertiu que os professores devem se cadastrar no banco do Inep para que eles sejam chamados, pois a avaliação será realizada por eles. A previsão é de que após a copa, esse grupo seria chamado, se reunindo no início de agosto. Claudia solicita que o GT defina os seus objetivos e composição, indicando nomes de professores.

Carlos Vainer defendeu que o GT adote sistema de consulta permanente, com possibilidades de reuniões coletivas específicas, com os integrantes do Fórum, antes de fechar propostas finais.

Sergio Fonseca defendeu que o GT tem a tarefa de colocar na mesa todos os PPCs, entendê-los, mapear suas características; Para Valdemir Pires, deve-se, ainda, encarar a oferta do INEP como uma oportunidade de estabelecer uma avaliação que permita buscar o aprimoramento pedagógico dos nossos projetos, para tanto, elaborar um conjunto de critérios, diretrizes, parâmetros de avaliação, para que possamos fazer avaliações mais substantivas. Sugeriu a inserção de uma avaliação situacional qualitativa além do formulário repassado pelo INEP.

Patrícia Vendramini preconizou o diálogo entre examinadores e GT, em função das inovações que os cursos do campo apresentam. Na mesma linha, Suylan Midlej lembrou a necessidade de criar os subsídios para avaliação.

Para Carlos Vainer, o GT tem uma dupla função, reportando-se ao fórum e ao INEP. Nesse sentido, seu horizonte é a possibilidade de agregar elementos específicos no formulário básico de avaliação, o que permite especificar mais as diretrizes, aproveitando para contemplar pontos não previstos nas diretrizes, consolidando isso num formato palatável para o sistema do INEP. Tais elementos devem-se nortear por uma concepção do sentido da avaliação diferente do atual, de ranquear os cursos (nesse ponto, Sandra Gomes registrou sua opinião, de que a avaliação não é em si um ranqueamento, que é feito por outros atores, como as próprias IES e a mídia). A avaliação deve, portanto, “instruir” os avaliadores a especificidade da avaliação no campo, a partir de aspectos como prestação de contas, uso de recursos públicos, melhoria dos cursos etc. É importante que esses aspectos constem no documento a ser produzido pelo GT. Jaime Crozatti ponderou ser necessário considerar os limites às possibilidades de grandes

alterações no instrumento preexistente, já que ele percebe, como avaliador do Inep na área de Contabilidade e Administração, que os referenciais para avaliação são as DCN e os PPP dos cursos.

Valdemir Pires defendeu que enquanto avaliadores, os atores do campo precisam fazer relatório circunstanciado com propostas efetivas para os cursos avaliados e não apenas para avaliá-los e ranquear. Além disso, os parâmetros devem servir para os próprios cursos dialogarem com os avaliadores, que eventualmente podem ser de fora do campo de públicas. Não se trata, portanto, de uma questão meramente institucional, mas acadêmico-científica. Nesse ponto da discussão, Luciana Lima lembrou a importância do perfil do avaliador em face das DCNs próprias. Rodrigo Horochovski e Valdemir Pires aludiram à garantia de haver avaliadores do campo em suas diferentes denominações, que compreendam as especificidades do campo.

Sandra Gomes lembrou que, entre as tarefas do GT, está a de pensar o Enade para os cursos do campo. Suylan completou que isso ocorrerá gradativamente.

Suylan Midlej lembrou que em alguns Fóruns passados foram discutidos Referenciais do Campo de Públicas que seriam inseridos no texto da DCN de Administração Pública, caso fosse possível alteração antes da homologação. Como isso não ocorreu, esse documento ficou guardado. Ela sugeriu que o conteúdo pudesse ser lido e contemplado em algumas partes, caso houvesse concordância. Assim foi feito e todos concordaram, sendo incluídos trechos com algumas mudanças.

Após exaustivos debates, inclusive sobre o perfil profissional do egresso dos cursos do campo de públicas, o qual deve ter uma boa formação técnica e política na gestão das políticas públicas, foi definido o seguinte **encaminhamento**:

### **GT- Parâmetros para avaliação dos cursos do Campo de Públicas**

Objetivo – discutir parâmetros para avaliação dos cursos do Campo de Públicas com base nos seguintes referenciais:

#### **Perfil do egresso**

O Bacharel dos cursos do Campo de Públicas – egresso dos cursos de administração pública, gestão de políticas públicas, gestão pública, gestão social e políticas públicas – atua como agente político, planejador, controlador, administrador ou gestor público na administração pública brasileira; como administrador de organizações e instituições não-estatais de caráter público, nacionais e internacionais; ou em quaisquer outras organizações orientadas pelo *ethos* público e para o bem público; como formulador, implementador, avaliador e analista de políticas, planos, programas, projetos e ações públicas ou ainda na pesquisa em investigação voltadas à identificação, recuperação histórica e análise de processos sociais complexos relacionados à esfera pública. Em face de sua formação humanista e crítica, está comprometido com os valores republicanos e democráticos e voltado para a conquista da justiça social e ambiental, compondo um perfil profissional que integre as dimensões política, técnica e ética.

#### **Ambiente de atuação**

O Bacharel pode atuar em:

- Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas esferas federal, estadual e municipal; autarquias; agências reguladoras; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências de desenvolvimento; fundações públicas, consórcios públicos; entidades e agências das regiões metropolitanas e associações de municípios e outros;
- Organizações da Sociedade Civil, tais como: fundações, associações, movimentos e projetos sociais e outras;
- Cooperativas e organizações de economia solidária;
- Instituições participativas, tais como conselhos, orçamentos participativos, fóruns, conferências e outros;
- Empresas privadas em áreas como: relações governamentais, responsabilidade social corporativa, consultorias relacionadas ao setor público, concessionárias de serviço público;
- Organizações internacionais, organismos multilaterais e representações diplomáticas;
- Organizações de representação política e profissional, tais como: partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e outras;
- Instituições de ensino e pesquisa.

### **Infraestrutura Recomendada**

Biblioteca com acervo específico e atualizado, Laboratório de informática com programas especializados, Grupos e Núcleos de Pesquisa e Práticas.

Além dos referenciais acima, sugeriu-se considerar:

### **Perfil do avaliador**

Avaliadores que tenham formação aderente aos cursos do Campo de Públicas para compreender sua diversidade, trajetória e objetivos de forma que possa gerar proposições substantivas para os cursos.

### **Natureza, conceitos e sentidos da avaliação**

Considerar a avaliação como um momento de percepção dos cursos de acordo com sua natureza e diversidade. Que seja cogitada a produção de instrumentos próprios para uma análise mais qualitativa dos cursos.

Finda a discussão dos objetivos, passou-se ao segundo tópico, *Discussão dos critérios para a escolha dos participantes do GT e sugestão de alguns nomes para a composição do GT*. A mesa propôs os seguintes critérios:

- Presença de atores de dentro do campo com diferentes níveis de experiência profissional e o critério antiguidade, ou seja, considerar veteranos e novatos
- Representação com base em pertença geográfica dos cursos (todas as regiões)

- Representação com base nas denominações de cursos existentes no Campo (Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social)
- Representação com base nas modalidades de curso: bacharelado, presenciais e EaD
- Tipologias de instituições (públicas – federais, estaduais e municípios – e privadas)

Assim, como **encaminhamento** foi definida a seguinte composição do GT:

Composição	Instituição	Denominação	Afiliação	Formato	Região	Formação
Jaime Crozatti	USP	GPP	Estadual	Presencial	SE	Contabilidade
Júlio Andrade	UFF	AP	Federal	EAD	SE	Administração
Suylan Midlej	UnB	GPP	Federal	Presencial	CO	Sociologia
Augusto Tavares	UFCA	GS	Federal	Presencial	NE	Sociologia
Patrícia Vendramini	UDESC	AP	Estadual	Presencial	S	Administração
Fernando Abrúcio	FGV-EAESP	AP	Privada	Presencial	SE	Sociologia/Ciência Política
Maria Isabel Rodrigues	EG-FJP	AP	Estadual	Presencial	SE	Direito
Rodrigo Rossi Horochovski	UFPR	GP	Federal	Presencial	S	Sociologia/Ciência Política
Luciana Lima	UFRGS	PP	Federal	Presencial	S	Administração/ Sociologia
Lindijane Almeida	UFRN	GPP	Federal	Presencial	NE	Sociologia/Ciência Política
Sergio Fonseca	UNESP	AP	Estadual	Presencial	SE	Economista
<b>Fernando Coelho</b>	<b>USP</b>	<b>GPP</b>	<b>Estadual</b>	<b>Presencial</b>	<b>SE</b>	<b>Administração</b>

Houve a indicação de vários coordenadores de cursos que manifestaram interesse prévio em participar, mas que não puderam estar presentes no Fórum. Todas elas foram consideradas na deliberação dos indicados, que priorizou o atendimento aos critérios supracitados. As pessoas indicadas que estavam ausentes (Fernando Abrúcio e Fernando Coelho) foram consultadas e concordaram com a indicação logo em seguida. Porém, Fernando Coelho entrou em contato com a organização do Fórum dias depois para pedir a retirada do nome dele por compreender que não seria oportuno duas representações da mesma IES e reforçou a participação de Jaime Crozatti por ter experiência como avaliador do Inep. O fórum decidiu que a responsabilidade pelo encaminhamento dos nomes para o Inep/Claudia Griboski ficará a cargo da professora Suylan da UnB. Oportunamente, o GT estabelecerá um cronograma de atividades, incluindo reuniões, a partir da dinâmica do Inep.

### 09/05/2014 – Manhã das 9h às 13h

Iniciaram-se os trabalhos com o segundo ponto da pauta *Discussão preliminar sobre a institucionalização/discussão sobre o caráter acadêmico do campo de públicas*, pelo tópico *Formação/Estrutura*.

Valdemir Pires preconizou a manutenção do caráter horizontal e pouco burocratizado que caracteriza o campo. Nessa linha, diversos participantes passaram a fazer propostas: Patrícia Vendramini sugeriu a constituição de um grupo gestor, representativo, composto a

partir de critérios regionais, como forma de manter a horizontalidade e a representatividade em relação à base.

Sergio Fonseca, em direção semelhante, propôs um colegiado executivo, numa estrutura diferente das organizações tradicionais, com estrutura verticalizada.

Rodrigo Horochovski propôs estudar modelos de organizações com democracia interna.

Ana Mercedes perguntou, dada a sua primeira participação no Fórum, por que se teria de institucionalizar o fórum, aludindo possíveis riscos acarretados pela mudança na dinâmica atual.

Ivan Junckes questionou se há base para institucionalização, que seria a questão principal, mais importante que a institucionalização em si. Para tal análise, propôs um triângulo, cujo ápice é projeto político do fórum; o vértice da direita, os relacionamentos que temos, o que vamos jogar e com quem vamos jogar; e o da esquerda, a organização. O processo teria duas fases, uma de formalização básica e, a seguir, de institucionalização, cuja vantagem principal é na recepção da organização pelos interlocutores. Concluindo-se pela existência da referida base, propôs que, independentemente do arranjo, é no mínimo necessário um coordenador geral, secretário e tesoureiro.

Aragon Dasso Junior lembrou a necessidade de manter a multidisciplinaridade do campo, sua pluralidade.

Valdemir Pires preconizou que a estrutura resultante valorize a graduação e os estudantes.

Suylan Midlej defendeu a manutenção da dinâmica de rede do fórum, com uma estrutura mínima, para participar dos espaços em que é demandada a representação do Campo e para a organização dos fóruns e de outros eventos, de acordo com o seguinte desenho: coordenação colegiada/executiva (3 pessoas), coordenação científica (2 pessoas), coordenação administrativo-financeira (1 pessoa).

Passou-se a discutir o tópico *Finalidade da institucionalização*:

Para Sergio Fonseca, a formalização deve ter como norte o que pretendemos ser, ou seja, a consolidação de uma comunidade científica, considerando qual a relação que precisamos manter com as instâncias governamentais e a representatividade da graduação. Essa institucionalização deve ser um meio para os fins, para aquilo que se pretende. Isso é essencial para que seja alcançado um estágio melhor para a efetiva consolidação como Campo de Públicas. Segundo a sugestão da Claudia Griboski, deveríamos constituir uma personalidade jurídica.

Carlos Vainer perguntou quais são as tarefas políticas, acadêmicas, institucionais que devemos desenvolver para justificar outra organização.

Jaime Crozatti alertou para a relação com a SBAP, que é também uma preocupação da Profa. Sullivan, da Esag-Udesc, afirma Patrícia.

Carlos Vainer propôs duas finalidades: 1) fortalecimento de um campo de conhecimentos e práticas referentes à forma de organização do Estado, da sociedade brasileira etc. 2) estratégias honestas, republicanas de busca de recursos de diferentes ordens (financeiros, políticos etc).

Também foi lembrada por algumas pessoas que a definição do Campo de Públicas contida na Carta de Brasília, já demonstra sua identidade, sendo um importante conteúdo para iniciar a discussão acadêmico-científica, mais especificamente a natureza do

Congresso Científico do Campo de Públicas.

Em resposta à preocupação levantada por Luciana Lima com um possível direcionamento do campo para a administração pública, Sandra Gomes afirmou que a institucionalização incrementa/acelera a capacidade de ação do campo, no âmbito de uma comunidade que discuta/estude políticas públicas, reconhecido pelo CNPq, e que a concepção do GPP da UFRN é interdisciplinar, por exemplo. Carlos Etulain completou, afirmando que, independentemente de denominações, somos ciência aplicada e interdisciplinar e a professora Lindijane complementou o comentário da professora Sandra, ressaltando que o GPP da UFRN é lotado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e a UFRN tem um curso de graduação em Administração no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Frisou ainda as especificidades do Curso de Gestão de Políticas Públicas em relação àquele curso.

A professora Suylan enfatizou a realidade do GPP na UnB, que foi criado com uma estrutura de consórcio entre três departamentos (Administração, Economia e Ciência Política) e aos poucos o consórcio foi desfeito, sobretudo, pelo não entendimento sobre a natureza de ciência social aplicada por parte de alguns professores do Instituto de Ciência Política. No entanto, hoje os departamentos conseguem dialogar dentro das suas especificidades; os professores da Ciência Política ministram disciplinas para o GPP e fazem parte de comissão de Residência em Políticas Públicas, uma das modalidades de trabalho de conclusão do curso, que é de pesquisa aplicada. Ponderou que, da mesma forma, é possível trabalhar com as diferenças entre os cursos do Campo de Públicas, sendo necessário, acima de tudo, o diálogo e a abertura de espaços para debater os dilemas de cada curso.

Daniela sugeriu se realizassem mais debates e estudos sobre o que significa fazer parte desse espaço, e a institucionalização pode fechar algumas janelas que o fórum possibilita. O seu maior fantasma é o poder concentrado que a institucionalização significa.

Lindijane colocou que a prática do Fórum deve continuar a mesma após a institucionalização, para não se perder o diálogo tão presente hoje.

Isabel alertou para que as falas não se tornem repetitivas, mas relembra a reunião que tiveram com o CNE em 2010 para elaboração de DCN próprias. Agora os objetivos podem ser aprofundados.

Felipe Drummond afirmou que ele da AP e a Geana da GPP se sentem próximos, e essa proximidade foi estimulada pela Feneap e pelos Eneaps. Eles se reconhecem com um corpo coeso, apesar de Geana não ter familiaridade com o termo tecnopolítico, diferentemente de Felipe.

Carlos Vainer disse que a tradição da comunidade científica brasileira se articulou em torno de cursos, e tende a ser mais acadêmica, enquanto as que se fundamentam em pessoas, se tornam mais profissionais. Essas são marcadas pelo lobby, pela defesa corporativa, isso não impede de outras pessoas, profissionais e pesquisadores de participarem. Temos de avançar nos formatos mais adequados, pensando nas afiliações individuais. Sobre a SBAP é uma iniciativa recente, pouco consolidada, que opera num campo próximo ao nosso. Interessa-nos fortalecer o campo, a não ser que haja divergência de fundo, como o destaque da questão disciplinar que se propõe. Caducou a separação entre a pesquisa da pós e da graduação. Queremos fazer um bom curso, de preferência com pesquisa, afinal é isso que queremos.

No tópico *Nome da pessoa jurídica*, a partir das propostas de Sérgio Fonseca e Carlos Vainer, visando preservar a essência do campo, chegou-se a Fórum Brasileiro do Campo de Públicas (FBCP).

Quanto aos *Crítérios de pertencimento ao grupo*, Patrícia Vendramini apontou a necessidade de os participantes apropriarem-se do histórico/características do campo antes de participarem dos Fóruns, como forma de compreender o conteúdo que vem sendo discutido no Campo. Valdemir Pires complementou com a ideia de montar uma espécie de kit com alguns documentos do Campo para quem chega. Essa ideia foi corroborada por outras pessoas.

Rodrigo Horochovski propôs que tomem parte na organização atores dos cursos/instituições com denominações e áreas afins (coordenadores, professores, estudantes).

Ana Mercedes levantou o tema da formalização da filiação, permitindo mecanismos de integração pessoal. Sergio Fonseca, na mesma linha, sugeriu que se mantivessem professores e coordenadores como os filiados.

Para o tópico *Documento de formalização*, Maria Isabel sugeriu que, inicialmente, se confeccionasse um protocolo de intenções, visando providências posteriores.

Em relação ao tópico *Financiamento*, Ivan Junckes sugeriu a manutenção do Fórum mediante verbas institucionais dos programas, com controle e transparência dos recursos. Propôs ainda levantar informação sobre as diferentes possibilidades de acesso a recursos. Jaime Crozatti propôs preparar o estatuto da entidade para que ela possa se tornar OSCIP, o que facilita a obtenção de recursos públicos. Mencionou ainda que as despesas básicas da entidade seriam: R\$ 1000,00 para abertura e registro e R\$ 300,00 por mês, referentes a serviços contábeis, jurídicos entre outros.

No tocante às *Atividades (encontro, evento científico etc)*, Carlos Vainer levantou a necessidade de identificar quais são as tarefas políticas, acadêmicas etc., considerando/dialogando com os campos acadêmicos que se avizinham, sobrepõem etc., como, por exemplo, SBAP, ABCP, Anpocs, Capes, órgãos de regulação etc.

Diferentes participantes ressaltaram a necessidade de a entidade ter uma trajetória diferente da SBAP, escrever e publicar manifesto anterior à formalização, afirmando a constituição do campo a partir das rápidas e profundas transformações do Estado brasileiro, bem como os objetivos acadêmicos e políticos do fórum, visando agregar novos atores, comunicar os interlocutores etc.

Daniela Archanjo defendeu a realização de esforços para identificar efetivamente os cursos que compõem o campo.

Carlos Vainer propôs abrir um diálogo com a SBAP, já propondo um nome “Sociedade Brasileira do Campo de Públicas”.

Por fim, sugeriu-se como indicativo a realização do primeiro evento acadêmico na UFLA – Universidade Federal de Lavras.

Como se tratava de discussão preliminar, o tema da institucionalização comporá o primeiro ponto de pauta do XIV Fórum, incluindo a discussão sobre o início das atividades e o calendário de implantação.

Encaminhamentos sobre principais pontos para a institucionalização do Campo de Públicas:



Formato/Estrutura	Fórum (Assembleia deliberativa) Secretaria Executiva – coordenação colegiada (3 pessoas), coordenação científica (2 pessoas), coordenação administrativo-financeira (1 pessoa).
Finalidade	Fortalecer o campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática, cujo objetivo é formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
Nome	Fórum Brasileiro do Campo de Públicas (FBCP)
Critérios de pertencimento	Professores e coordenadores dos cursos do Campo de Públicas com as denominações Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e Políticas Públicas.
Formalização	Associação/OSCIP Protocolo de intenções para adesão ao FBCP
Financiamento	Inicialmente com verbas institucionais dos programas; depois ver captação de recurso confirme possibilidade das OSCIPs.
Atividades	Serão definidas a partir da formalização do FBCP. O primeiro evento acadêmico do Campo de Públicas será discutido no XIV FP3CP

### 09/05/2014 – Tarde das 14h às 17h

Os trabalhos foram iniciados por informes. Pela Feneap, Felipe Drummond comunicou a criação da Revista dos Estudantes de Públicas (UFPB), que publicará os melhores artigos participantes do prêmio Lice. Registrou a aquisição do domínio [www.campodepublicas.com.br](http://www.campodepublicas.com.br) e informou as datas do Eneap: 17 a 21/07/2014, de quarta a domingo, com dia livre para os estudantes na sexta. O Fórum de coordenadores acontecerá sexta e sábado (19 e 20), com encontro com os participantes do Feneap à tarde, das 14 às 16h00. Gianna Dias, também pela Feneap, exortou os professores a apoiar os estudantes que querem ir ao ENEAP em função das dificuldades para obtenção de transporte junto às IES.

Lindijane Almeida deu informe sobre o livro com relato de experiências dos cursos do campo de públicas. Para o XIV Fórum, deverão estar prontos um boneco e uma síntese do material. Estão se realizando as últimas tratativas com editoras para a publicação do livro.

Na discussão do último ponto, *Estruturação da pauta do XIV FP3CP de julho*, foram tomadas duas decisões:

1) *Cronograma da reunião*:

- 19/07/2014 (manhã): informes (GT e outros), continuidade da discussão sobre institucionalização.
- 19/07 (tarde) e 20/07(manhã): discussão sobre preparação do primeiro evento científico do Campo de Públicas.
- 20/07 (tarde): repasse das informações e deliberações do XIV FP3CP para os participantes do XIII Eneap.

Sandra Gomes ressaltou a necessidade de enviar carta convite com pelo menos dois meses de antecedência, para atender às exigências das IES para concessão de financiamento.

2) *Constituição de Comissão*, composta por Lindijane Almeida e Carlos Vainer, para elaboração de proposta com os principais pontos para discussão sobre o primeiro evento científico do Campo de Públicas, contemplando os seguintes itens: tema prioritário, formato, data, local, comissão organizadora, conteúdo etc. A indicação de Lindijane se deve ao fato de ela ter feito parte da coordenação do GT 17 - Tendências no campo de públicas junto com Eleonora Schettini M. Cunha (UFMG), Kamila Pagel de Oliveira (FJP), Magda de Lima Lucio (UnB) e Patricia Vendramini (UDESC). realizado nos dias 28, 29 e 30 no Enapegs 2014,

A professora Lindijane Almeida informou que, no Fórum realizado durante o XII ENEAP, as professoras acima citadas elaboraram, além da proposta de GT aprovada para realização durante o ENAPEGS 2014, uma proposta de evento científico a ser realizado durante o XIII ENEAP em 2014, mas dadas as demandas burocráticas não será possível realizar. A sua indicação para a Comissão, portanto, foi feita com o objetivo de dialogar as propostas do prof. Carlos Vainer e a proposta desenvolvida pelas professoras.

Em seguida a todas as discussões e encaminhamentos, foi encerrado o Fórum às 17h.

Relatório elaborado por Rodrigo Horochovski, Suylan Midlej, Patrícia Vendramini e Lindijane Almeida.